

Article

Governança Pública Ambiental no Brasil: Percepções, Desafios e Perspectivas para a Proteção do Meio Ambiente

Sheila Cristina Endres Palmerston¹, Francisco Leonardo Tejerina-Garro²

¹ Mestre. Universidade Estadual de Goiás (UEG). ORCID: 0000-0001-9370-4864. E-mail: sheilaendres@gmail.com.

² Doutor. Universidade Evangélica de Goiás – UniEVANGÉLICA e Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC Goiás.

ORCID: 0000-0002-5159-8108. E-mail: francisco.garro@docente.unievangelica.edu.br.

RESUMO

O estudo examina a percepção da sociedade brasileira sobre conflitos ambientais, seu senso de justiça e a aplicabilidade de decisões estruturais em casos de Estado de Coisas Inconstitucional. Analisando dados de pesquisas de opinião realizadas entre 1995 e 2023 pela Corporación Latinobarómetro, foram encontradas correlações estatísticas significativas entre a confiança em instituições, como o Judiciário, o Parlamento e o Governo, e a proteção ambiental. Os resultados apontam uma correlação positiva entre a proteção ambiental e a confiança no Judiciário e no Parlamento, enquanto a correlação com o Governo apresenta resultados variados, evidenciando lacunas importantes de governança e desafios institucionais. O estudo enfatiza a importância da confiança institucional na formação de atitudes públicas em prol da sustentabilidade, destacando a transparência, a participação pública, o diálogo social inclusivo e as estratégias educativas como pilares essenciais para o fortalecimento da governança ambiental no Brasil, visando também maior equidade social, inclusão cidadã e responsabilidade política.

Palavras-chave: confiança pública; opinião pública; políticas públicas; estado de coisas inconstitucional.

ABSTRACT

The study examines the perception of Brazilian society regarding environmental conflicts, its sense of justice, and the applicability of structural decisions in cases of an Unconstitutional State of Affairs. Analyzing opinion poll data conducted between 1995 and 2023 by the Corporación Latinobarómetro, significant correlations were found between trust in institutions such as the Judiciary, Parliament, and the Government, and environmental protection. The results show a positive statistical correlation between environmental protection and trust in the Judiciary and Parliament, while the correlation with the Government presents mixed results, highlighting significant governance gaps and institutional challenges. The study emphasizes the importance of institutional trust in shaping public attitudes toward sustainability, highlighting transparency, public participation, inclusive social dialogue, and educational strategies as essential pillars for strengthening environmental governance in Brazil, also aiming for greater social equity, citizen inclusion, and political responsibility.

Keywords: public trust; public opinion; public policies; unconstitutional state of affairs.



Submissão: 23/01/2025



Aceite: 03/04/2025



Publicação: 05/06/2025



Introdução

A governança pública ambiental é uma pauta mundial. Em se tratando de países de elevada biodiversidade (megadiversos) como o Brasil (Mittermeier 1988), que enfrentam desafios ambientais complexos, essa pauta ganha maior relevância. Garantir a proteção do meio ambiente não é apenas uma responsabilidade do Estado mas, também, uma demanda da sociedade. No entanto, a eficácia da governança ambiental não se limita apenas à imposição de obrigações legais; ela exige a confiança da sociedade nas instituições políticas e judiciais que supervisionam e aplicam as leis ambientais. A relação intrincada entre as políticas públicas ambientais e a proteção dos direitos humanos fundamentais é um tema de crescente relevância no contexto brasileiro e internacional. À medida que os desafios ambientais globais se intensificam, surge a necessidade premente de analisar de forma abrangente a eficácia das políticas governamentais na promoção da proteção ambiental e na garantia dos direitos essenciais dos cidadãos (Palmerston 2020).

A percepção da comunidade sobre as questões ambientais e seu impacto na qualidade de vida tem se destacado como uma ferramenta de promoção da saúde que transcende setores e promove a equidade no âmbito público (Silva 2019). Essa abordagem interdisciplinar tem ganhado destaque, envolvendo gestores e profissionais de diversos setores, como saúde, meio ambiente, assistência social e educação, na busca por soluções integradas para os desafios socioambientais (Silva 2019). A tendência global nas últimas décadas tem sido a utilização das percepções das comunidades afetadas por problemas ambientais como indicadores de saúde ambiental, orientando o planejamento e as decisões políticas relacionadas à qualidade de vida e à saúde. Essa abordagem considera a voz da comunidade como um elemento fundamental na avaliação e gestão dos riscos ambientais que podem impactá-la direta ou indiretamente. Nesse cenário, a percepção comunitária emerge como uma ferramenta de gestão socioambiental participativa, com potencial para orientar ações voltadas à promoção da saúde e ao desenvolvimento sustentável (Nascimento e Curi 2013).

Neste estudo a compreensão da percepção da sociedade brasileira sobre a governança pública tem como foco o fenômeno do "Estado de Coisas Inconstitucional" (ECI). Este termo, cunhado a partir de experiências internacionais, descreve situações em que o Estado não cumpre suas obrigações constitucionais de forma sistemática e estrutural, resultando em violações de direitos fundamentais (Queiroz et al. 2021).

No panorama contemporâneo, a reflexão sobre a governança pública e sua relação com o ECI emerge como um campo de estudo relevante. A medida que as nações enfrentam uma miríade de desafios socioambientais, a percepção da sociedade sobre a eficácia das instituições governamentais na proteção de seus direitos fundamentais e na preservação do meio ambiente assume papel central. Neste contexto, o Brasil, com sua rica biodiversidade e complexidade ambiental, constitui um terreno fértil para investigações que abordam a interseção entre a governança pública e a percepção da sociedade. A compreensão das dinâmicas subjacentes à confiança nas instituições governamentais e seu impacto na proteção ambiental é fundamental para orientar políticas públicas eficazes e promover práticas ambientalmente sustentáveis.

Sobre a interação da sociedade e da problemática ambiental, Beck (2011) desenvolveu a teoria da "Sociedade do Risco", delineando as crescentes preocupações da sociedade em relação a questões ambientais e de segurança global. Esse autor argumenta que, "à medida que os riscos associados ao desenvolvimento industrial e tecnológico se tornam mais evidentes, surge uma nova demanda por governança eficaz na esfera ambiental".

Outra contribuição relevante é a obra de Ostrom (2010), que explora a governança de recursos comuns e destaca a importância das instituições na gestão sustentável desses recursos. Esses estudos têm implicações diretas para a compreensão de como as instituições governamentais podem impactar na proteção ambiental. No âmbito jurídico, a discussão sobre o ECI tem ganhado destaque, especialmente a partir da experiência



colombiana. No Brasil, essa abordagem foi aplicada, como evidenciado na decisão do Supremo Tribunal Federal na ADPF 760 (Brasil 2022), que abordou questões estruturais relacionadas à proteção ambiental.

Nesse contexto, é possível investigar a possibilidade de aplicação de uma Ação Estruturante, à luz do conceito do ECI, como um instrumento para promover mudanças estruturais e fortalecer a proteção dos direitos humanos no cenário ambiental (Dantas 2016).

A dimensão ecológica da dignidade humana é um tema fundamental (Sarlet e Fensterseifer 2017). Essa dimensão ecológica encontra espaço em um contexto jurídico que reconhece a necessidade de proteção ambiental como um imperativo ético e constitucional.

A relação entre a confiança nas instituições governamentais e a proteção ambiental é multifacetada, envolvendo diversas esferas do governo, incluindo o Poder Executivo, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário. Também é influenciada por fatores sociais, culturais e políticos que moldam a percepção pública das instituições e suas ações em relação ao meio ambiente.

Este estudo objetiva explorar empiricamente a relação entre a confiança nas instituições governamentais (Governo, Poder Judiciário, Congresso Nacional) e a proteção ambiental no Brasil.

Materiais e métodos

Coleta de dados

Os dados utilizados neste estudo fazem parte da base de dados do site Corporación Latinobarómetro (2023), que realizou a coleta de informações diretamente com 1.204 brasileiros através de entrevistas e questionários no período compreendido entre 1995 e 2023.

As informações coletadas para este estudo dizem respeito às percepções dos entrevistados em relação à confiança em quatro aspectos institucionais brasileiros: o Governo brasileiro (política), o Poder Judiciário (sistema de justiça), o Congresso Nacional (parlamento) e a proteção ambiental.

A resposta de cada participante a respeito dos quatro aspectos governamentais brasileiros considerados foi organizada em uma matriz de dados, na qual cada resposta (linhas) foi enquadrada em uma escala de cinco categorias (colunas) seguindo a metodologia utilizada pela Corporación Latinobarómetro: (1) "Bom Negócio", (2) "Bastante", (3) "Não Muito", (4) "Nenhuma", e (5) "Não Sei".

O uso da base de dados da Corporación Latinobarómetro (2023) permite uma visão abrangente das percepções da sociedade brasileira em relação aos aspectos das instituições políticas e a proteção ambiental, refletindo a opinião pública quanto à eficácia e à confiança nas políticas implementadas.

Análise dos dados coletados

A partir da matriz de dados foi realizada uma análise de correlação de Pearson utilizando o *software* Past 4.17 (Hammer et al. 2001) para determinar a relação da confiança da sociedade brasileira na política (variável explicativa X1), no sistema de justiça (X2), no parlamento (X3) e no governo (X4) com a confiança de proteção ambiental (variável resposta Y) e determinada a significância estatística ($p < 0,05$).

Resultados

As estatísticas da análise de correlação das categorias de respostas das variáveis explicativas (X; confiança na política, no sistema de justiça, no parlamento e no governo) com a variável explicada (Y; confiança na proteção ambiental) estão descritas na Tabela 1.



Tabela 1: Resultados de correlação (r) e probabilidade (p<0,05) entre as categorias de resposta dos entrevistados das variáveis explicativas (X) e explicada (Y).

Variável explicativa (X)		Confiança na proteção ambiental (Y)									
		Bom negócio	p	Bastante	p	Não muito	p	Nenhuma	p	Não sei	p
Confiança na política	Bom negócio	0,2	0,799	-0,8	0,151	-0,4	0,600	0,1	0,859	0,7	0,320
	Bastante	-0,7	0,276	-0,1	0,906	0,4	0,618	0,8	0,188	1,0	0,040
	Não muito	-0,5	0,479	0,8	0,197	0,9	0,118	-0,3	0,733	-0,3	0,720
	Nenhuma	0,7	0,313	-0,1	0,859	-0,7	0,323	-0,3	0,692	-0,6	0,360
	Não sei	0,0	0,971	-0,7	0,295	-0,2	0,819	0,2	0,848	0,7	0,279
Confiança no sistema de justiça	Bom negócio	1,0	0,036	-0,8	0,221	-1,0	0,038	-0,5	0,527	-0,3	0,713
	Bastante	-0,8	0,202	0,6	0,393	0,5	0,463	0,8	0,212	0,3	0,700
	Não muito	-0,4	0,625	0,8	0,228	0,8	0,206	-0,4	0,582	-0,4	0,581
	Nenhuma	0,1	0,930	-0,4	0,598	-0,5	0,462	0,7	0,346	0,4	0,616
	Não sei	-0,5	0,540	-0,4	0,611	0,2	0,842	0,6	0,385	1,0	0,035
Confiança no parlamento	Bom negócio	1,0	0,027	-0,5	0,516	-0,7	0,280	-0,8	0,166	-0,6	0,370
	Bastante	0,9	0,130	-0,2	0,836	-0,6	0,383	-0,8	0,239	-0,8	0,151
	Não muito	-0,3	0,703	0,8	0,184	0,7	0,267	-0,5	0,529	-0,6	0,444
	Nenhuma	-0,5	0,548	-0,4	0,638	0,0	0,960	0,9	0,094	0,9	0,057
	Não sei	-0,8	0,209	0,0	0,971	0,4	0,596	0,9	0,076	0,9	0,087
Confiança no governo	Bom negócio	0,8	0,227	0,0	0,995	-0,4	0,627	-0,9	0,067	-0,9	0,082
	Bastante	0,5	0,532	0,4	0,616	-0,2	0,839	-0,6	0,375	-1,0	0,032
	Não muito	-0,5	0,490	0,9	0,094	0,9	0,136	-0,2	0,751	-0,4	0,601
	Nenhuma	-0,3	0,719	-0,6	0,433	-0,2	0,829	0,8	0,245	1,0	0,041
	Não sei	-0,4	0,635	-0,5	0,496	0,0	0,992	0,7	0,325	1,0	0,017

Fonte: Elaboração própria

Os resultados revelam que, na percepção da sociedade brasileira, as variáveis mais fortemente correlacionadas com a confiança na proteção ambiental são X2 (Judiciário), X3 (Parlamento) e X4 (Governo). Uma correlação positiva, por exemplo, indica que os cidadãos acreditam que instituições políticas eficazes desempenham um papel fundamental na proteção ambiental. Em contrapartida, correlações negativas refletem desconfiança no governo ou no sistema judicial, especialmente quando as políticas ambientais são percebidas como inadequadas.

A análise destaca que os entrevistados demonstram “bastante” confiança tanto na política quanto na proteção ambiental, e que essa relação entre as duas categorias é positiva e estatisticamente significativa ($r=1,0$; $p=0,040$; Tabela 1). Esse achado sugere que, em geral, os cidadãos brasileiros tendem a associar a confiança nas instituições políticas com uma visão positiva sobre as políticas ambientais em vigor.

No que diz respeito à confiança no sistema de justiça, a correlação com a confiança na proteção ambiental também revela uma relação positiva, mas com variações entre as diferentes categorias de resposta. Para alguns entrevistados, a confiança no sistema de justiça é vista como um “bom negócio”, o que se correlaciona positivamente com a categoria “bom negócio” ($r=1,0$; $p=0,036$) e negativamente com a categoria “não muito” ($r=-1,0$; $p=0,038$) em relação à confiança na proteção ambiental (Tabela 1). No caso da correlação negativa, observa-se que, à medida que cresce a confiança no sistema de justiça como um “bom negócio”, a confiança na proteção ambiental diminui, sendo considerada “não muito”. Por outro lado, a categoria “não sei”, tanto na confiança no sistema de justiça quanto na proteção ambiental, apresenta uma correlação positiva ($r=1,0$; $p=0,035$; Tabela 1), indicando que a incerteza quanto à eficácia de ambas as áreas, está associada a uma percepção de confiança mútua.

Em relação ao parlamento, a confiança nas instituições legislativas demonstra uma correlação positiva com a confiança na proteção ambiental, sendo expressa de maneira significativa pela categoria “bom negócio” em ambos os casos ($r=1,0$; $p=0,027$; Tabela 1). Esse resultado evidencia que a confiança no parlamento é vista



como um fator relevante para a percepção de eficácia das políticas ambientais, reforçando o papel crucial do legislativo na formulação de políticas públicas voltadas à proteção ambiental.

Por fim, a relação entre a confiança no governo e a confiança na proteção ambiental apresenta um padrão distinto. Quando os entrevistados expressam “bastante” confiança no governo, observa-se uma correlação negativa com a confiança na proteção ambiental ($r=-1,0$; $p=0,032$; Tabela 1), indicando que, à medida que a confiança no governo aumenta, a confiança na proteção ambiental tende a diminuir. Esse resultado sugere uma possível percepção de que, quanto maior a confiança no governo, menor a expectativa de eficácia nas políticas ambientais. No entanto, quando os entrevistados afirmam ter “nenhuma” confiança no governo, a correlação com a confiança na proteção ambiental é positiva ($r=1,0$; $p=0,041$; Tabela 1), sugerindo que, em contextos de desconfiança generalizada no governo, há uma visão otimista de que a mudança e a melhoria nas políticas ambientais são necessárias e viáveis. Ambas as relações são estatisticamente significativas, refletindo a complexidade dessa interação.

Esses resultados ressaltam a importância das percepções sociais sobre a eficácia das instituições políticas na formulação e implementação de políticas ambientais, além de sugerir que a confiança nas instituições políticas não é uma variável isolada, mas interage de maneira complexa com a confiança na proteção ambiental.

Discussão

A confiança institucional está positivamente relacionada com a proteção ambiental

A relação positiva entre a confiança nas instituições políticas — representadas pelos poderes executivo, judiciário, legislativo e governo — e a confiança na proteção ambiental reflete a crença de que instituições políticas eficazes desempenham um papel essencial na promoção, implementação e fiscalização de políticas ambientais bem-sucedidas. Esta dinâmica sugere que a qualidade e a legitimidade das instituições políticas são fundamentais para o sucesso das políticas ambientais, pois cidadãos que confiam nas suas instituições são mais propensos a apoiar e colaborar com as iniciativas governamentais de proteção ambiental. Estudos de D'Araújo (2001), Matias-Pereira (2008) e Silva et al. (2012) corroboram essa relação, destacando que a confiança nas instituições governamentais está intimamente vinculada ao êxito das políticas públicas ambientais, sendo um indicador da eficácia das estratégias de governança ambiental. Essa perspectiva é corroborada por Fairbrother (2016) ao demonstrar que a confiança nas instituições governamentais, especialmente no governo, está diretamente relacionada ao apoio público à proteção ambiental, mesmo quando considerados outros fatores, como aspectos econômicos ou sociais.

Esse achado implica que, quanto maior a confiança da população nas instituições responsáveis pela formulação e execução das políticas ambientais, maior será o apoio e a adesão da sociedade às políticas de proteção do meio ambiente. A confiança nas instituições é, portanto, um fator determinante para a mobilização social em prol da sustentabilidade e da preservação ambiental. No mesmo sentido, o estudo de Kulin e Sevä (2020) investiga como a confiança nas instituições governamentais, tanto tendenciosas quanto imparciais, influencia as atitudes em relação à política climática. Os autores concluem que a confiança nas instituições, independentemente de sua imparcialidade ou viés percebido, afeta as preferências políticas relacionadas ao clima, ressaltando a importância da confiança nas instituições governamentais para as atitudes sociais em relação à proteção ambiental. A pesquisa sugere que a percepção de justiça e eficácia das instituições governamentais é um elemento crucial na formação de atitudes políticas e na construção de um compromisso público com a ação climática.

Em conjunto, essas pesquisas fornecem uma base sólida para compreender como a confiança nas instituições políticas está intrinsecamente ligada ao apoio à proteção ambiental. Elas sugerem que políticas



públicas bem-sucedidas no campo ambiental dependem, em grande medida, da confiança que a população deposita nas instituições responsáveis pela sua implementação.

Relação complexa da confiança na proteção ambiental com o sistema judicial

A relação entre a confiança no sistema judicial e a confiança na proteção ambiental tem se mostrado complexa. Os resultados obtidos indicam que, enquanto alguns entrevistados associam a confiança no sistema judicial a resultados positivos para a proteção ambiental, outros demonstram ceticismo. Essa ambiguidade reflete como a confiança nas instituições judiciais é profundamente influenciada por fatores pessoais e contextuais, sendo que a percepção individual sobre a eficácia do sistema de justiça pode variar de acordo com diferentes experiências e interpretações do contexto político e social em que se inserem.

Bertoncini (2015) discute a necessidade de reformas no sistema de justiça brasileiro em face da crise institucional vivida pelo país. Esse autor, embora não explore diretamente a relação entre a confiança no sistema judicial e a confiança na proteção ambiental, fornece uma análise relevante sobre a crise do sistema de justiça e como as deficiências dessa instituição podem impactar a percepção pública da sua capacidade de garantir a proteção dos direitos fundamentais, incluindo o direito ao meio ambiente equilibrado. Essa reflexão sobre o conceito de justiça e o papel do judiciário em diferentes contextos é essencial para compreender as dinâmicas de confiança que envolvem as instituições brasileiras.

O estudo de Gavioli (2017) sobre a gestão de áreas protegidas e o impacto das violações de terras também contribui para essa discussão. Esse autor destaca como as falhas na gestão dessas áreas, muitas vezes exacerbadas pela ineficiência e pela lentidão do sistema judicial em tratar questões ambientais, podem minar a confiança do público na capacidade do judiciário de assegurar a proteção ambiental. A ineficácia no cumprimento das leis ambientais e a ausência de punições adequadas para violações de áreas protegidas podem gerar uma sensação de impunidade, enfraquecendo a confiança nas instituições responsáveis pela proteção do meio ambiente.

Essa complexidade na relação entre a confiança no sistema judicial e a confiança na proteção ambiental evidencia, portanto, a necessidade de reforçar a capacidade do sistema de justiça. Além disso, destaca-se a importância de implementar políticas públicas eficazes que não apenas melhorem o desempenho do judiciário, mas também assegurem uma maior transparência e eficiência nas suas ações. Somente com uma justiça mais acessível, ágil e confiável será possível restaurar a confiança pública e garantir que as políticas de proteção ambiental sejam efetivamente cumpridas.

O papel do parlamento na proteção ambiental

A confiança no parlamento está, de fato, intimamente ligada à confiança na proteção ambiental. A correlação observada sugere que, quando os entrevistados demonstram confiança no parlamento, tendem também a manifestar maior confiança na eficácia das políticas de proteção ambiental. Essa conexão evidencia o papel fundamental do legislativo brasileiro na promoção e implementação de políticas voltadas à preservação do meio ambiente. A atuação do parlamento, ao elaborar e aprovar legislação relevante, bem como ao exercer a função de fiscalização e controle sobre as ações do executivo, desempenha um papel decisivo na consolidação de um sistema de governança ambiental robusto.

Cunha et al (2017) defende que o poder legislativo exerce uma função essencial na formulação de políticas públicas e na supervisão das ações do poder executivo, especialmente no que tange às questões ambientais. O legislativo não apenas aprova leis ambientais, mas também tem a responsabilidade de fiscalizar a implementação dessas leis e assegurar que as políticas ambientais sejam efetivamente cumpridas. Nesse sentido, a confiança



pública no parlamento pode ser vista como um reflexo da percepção de que os legisladores estão cumprindo seu papel de forma eficaz e transparente.

No entanto, como observa Ribeiro et al. (2021), é importante destacar que a correlação entre a confiança no parlamento e a confiança na proteção ambiental não implica necessariamente uma relação de causalidade direta. Embora exista uma associação entre essas duas variáveis, outros fatores políticos como a atuação do executivo e as influências de grupos de interesse, também podem afetar a forma como as políticas ambientais são desenvolvidas e implementadas. Portanto, é necessário considerar a complexidade das interações políticas e sociais que envolvem a proteção ambiental, sem atribuir uma explicação simplista à relação observada.

A complexidade da relação entre a confiança no governo e a proteção ambiental

A relação entre a confiança no governo e a confiança na proteção ambiental é um aspecto que merece especial atenção. Os resultados obtidos indicam que, quando os entrevistados demonstram maior confiança no governo, a confiança na proteção ambiental tende a diminuir. Por outro lado, quando a confiança no governo é mais baixa, observa-se um aumento na confiança na proteção ambiental. Esta dinâmica sugere que a percepção do governo, em termos de sua eficácia nas políticas ambientais, influencia diretamente a confiança do público nas ações voltadas à preservação do meio ambiente.

No caso específico da correlação negativa entre a confiança no governo e a confiança na proteção ambiental, esse fenômeno pode ser interpretado como uma crítica à eficácia do governo na implementação de políticas ambientais. Esse cenário pode refletir a percepção de que o governo não está cumprindo adequadamente sua função de proteger o meio ambiente, o que resulta em uma diminuição da confiança nas políticas ambientais. Por outro lado, a correlação positiva observada em situações de desconfiança em relação ao governo indica uma visão mais otimista por parte dos cidadãos. Nesse caso, a desconfiança no governo sugere que as pessoas acreditam ser necessária uma mudança nas políticas governamentais, acreditando que a proteção ambiental pode ser aprimorada por meio de uma revisão ou reformulação das políticas públicas existentes.

Essa constatação encontra respaldo no estudo de Almeida-Santos (2018), que investigou a relação entre confiança no governo e interesses políticos no contexto brasileiro. Esse autor destaca que o público brasileiro demonstra um interesse considerável pelas questões políticas e que a confiança nas instituições governamentais, bem como a qualidade da governança pública, desempenham um papel fundamental na formação da confiança do público nas políticas do governo e reforça a ideia de que a confiança institucional não é um fator isolado, mas sim uma variável que se entrelaça com a percepção pública da eficácia e da legitimidade das ações governamentais.

Em resumo, os resultados deste estudo corroboram a hipótese de que a confiança nas instituições governamentais desempenha um papel crucial na formação das atitudes e comportamentos públicos em relação à proteção ambiental. Vários estudos anteriores têm fornecido evidências que reforçam essa relação, destacando a importância da confiança nas instituições políticas para o sucesso das políticas ambientais. Compreender a complexidade dessa interação é essencial para os agentes políticos, pesquisadores e tomadores de decisão que buscam desenvolver estratégias eficazes de proteção ambiental, pois permite identificar pontos críticos onde a confiança do público pode ser fortalecida ou restaurada, levando a um maior engajamento e apoio às políticas ambientais.

Contribuições de estudos anteriores

O estudo “Instituições e Governança Ambiental: Uma Discussão Preliminar da Área de Proteção Ambiental da Costa dos Corais” (Gatto et al., 2019) compartilha semelhanças com o presente trabalho, uma



vez que ambos abordam a confiança pública nas instituições e nas políticas ambientais. No entanto, o presente estudo vai além ao fornecer uma análise mais detalhada das percepções dos cidadãos sobre diversas instituições, como o Executivo, o Parlamento, o Judiciário e o Governo, e como essas percepções se relacionam com a confiança na proteção ambiental. Isso permite uma reflexão mais aprofundada sobre as atitudes do público brasileiro em relação à governança ambiental, considerando as particularidades de cada instituição.

O relatório “Indicadores de Governança Ambiental na América Latina e no Caribe” (Banco Interamericano de Desenvolvimento 2020) examina os diferentes desempenhos de governança ambiental na região. Embora estudos regionais tenham criticado a falta de transparência nas decisões das autoridades ambientais, o presente estudo se destaca ao demonstrar altos níveis de confiança nas instituições políticas no Brasil, o que sugere uma maior satisfação com as políticas ambientais implementadas no país. Esse contraste evidencia a importância das percepções públicas, que, quando positivas, podem contribuir significativamente para a eficácia das políticas ambientais.

A pesquisa “Percepções Ambientais das Comunidades Rurais do Entorno do Parque Nacional das Sete Cidades no Piauí” (Barroso et al. 2022) foca nas percepções das comunidades rurais sobre questões ambientais específicas, como a caça e a intrusão de terras. Embora esse estudo seja de caráter mais localizado, ele oferece valiosas contribuições para o entendimento dos desafios enfrentados na proteção ambiental no Brasil, especialmente no que tange às percepções locais. As descobertas desse estudo reforçam a importância de se considerar as especificidades regionais ao analisar as atitudes da população em relação à preservação ambiental.

No estudo “Confiança no Poder Judiciário e Efetividade dos Direitos Fundamentais” (Cabrera 2021), a confiança no sistema judiciário é analisada em relação à proteção dos direitos fundamentais. Embora não se observe uma correlação direta entre as variáveis, o estudo enfatiza a conexão entre a confiança no poder judiciário e a proteção dos direitos fundamentais, incluindo os direitos ambientais. Essa perspectiva é particularmente relevante, visto que a proteção ambiental está intrinsecamente ligada à garantia de direitos fundamentais, como o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Finalmente, o estudo “Qualidade da Democracia e Confiança nas Instituições Políticas no Brasil” (Santos e Hoffmann 2019) complementa a pesquisa atual ao avaliar a confiança nas instituições políticas brasileiras de maneira mais ampla. Enquanto o presente estudo foca especificamente na correlação entre a confiança nas instituições políticas e a proteção ambiental, o estudo de Santos e Hoffman aborda a confiança geral nas instituições políticas, ampliando a discussão sobre o impacto da confiança institucional na governança. Ambos os estudos sublinham a relevância da confiança pública nas instituições e o impacto dessa confiança na eficácia das políticas públicas, incluindo as políticas ambientais.

Essa análise comparativa com as pesquisas anteriores demonstra a robustez do presente estudo, ampliando o entendimento sobre como a confiança nas instituições políticas influencia diretamente as percepções e a eficácia das políticas ambientais no Brasil. A interconexão entre esses estudos revela a importância de uma análise multifacetada para entender as complexas relações entre confiança institucional e proteção ambiental.

Contribuições do presente estudo

As principais contribuições deste estudo se concentram, especialmente, na identificação e análise da relação positiva entre a confiança no sistema político brasileiro e a proteção ambiental. Esta constatação possibilita uma abordagem aprofundada e direcionada sobre a importância dessa relação, permitindo uma reflexão detalhada acerca dos fatores que a influenciam e das implicações para as políticas públicas ambientais.

Por meio de uma análise das correlações entre a confiança nas instituições políticas e a percepção da proteção ambiental, não apenas identifica as correlações positivas, mas também as correlações negativas que surgem em diferentes cenários. Essa abordagem proporciona uma compreensão mais clara da forma como a



confiança nas instituições políticas brasileiras, como o Poder Judiciário, o Governo, o Parlamento e o sistema político em geral, afeta a percepção pública das políticas ambientais. Além disso, o estudo revela como essas instituições desempenham um papel crucial na formação das atitudes dos cidadãos em relação à proteção ambiental.

Considerando a importância estratégica do Brasil no contexto ambiental global, é essencial compreender as dinâmicas e os desafios específicos enfrentados pelo país em relação à preservação do meio ambiente. O Brasil, com sua vasta biodiversidade e complexos ecossistemas, ocupa um papel central nas questões ambientais internacionais. Assim, a análise aprofundada da relação entre confiança nas instituições políticas e proteção ambiental não apenas ilumina a percepção pública das políticas ambientais, mas também oferece uma perspectiva sobre como atitudes coletivas podem influenciar as ações governamentais.

Portanto, este estudo adquire uma relevância significativa para os decisores políticos, pesquisadores e defensores ambientais que buscam aprimorar a governança ambiental no Brasil. A compreensão dos vínculos entre confiança nas instituições políticas e a eficácia das políticas ambientais é fundamental para o desenvolvimento de estratégias que promovam a confiança pública nas ações governamentais, incentivando a implementação de políticas ambientais mais eficazes e sustentáveis. Assim, as conclusões deste estudo devem ser levadas em consideração por aqueles que almejam melhorar a gestão ambiental no Brasil, tendo em vista o impacto global das questões ambientais e a importância do país nesse cenário.

Conclusão

Os resultados revelam que a percepção pública sobre a eficácia das políticas ambientais no Brasil está intimamente ligada à confiança nas instituições responsáveis por sua implementação, sendo essa relação modulada por uma série de elementos contextuais e individuais. Adicionalmente, os resultados sugerem que um dos fatores determinantes para a correlação positiva entre a confiança do público e a eficácia das políticas ambientais é o aumento da transparência e da responsabilização das agências governamentais em relação às suas ações e decisões. Em particular, a transparência na implementação de políticas ambientais, aliada à clareza na prestação de contas sobre os resultados alcançados, surge como um fator central para fortalecer a confiança pública nas instituições responsáveis pela gestão ambiental.

Apesar dos avanços apresentados no estudo, persiste a necessidade de investigações mais aprofundadas que considerem os fatores contextuais e pessoais envolvidos na complexa interação entre a confiança nas instituições governamentais e a proteção ambiental.

Nesse sentido, sugere-se o desenvolvimento de estudos longitudinais que monitorem a evolução dessa relação ao longo do tempo, especialmente em resposta a eventos políticos e sociais que possam alterar as percepções públicas. Uma abordagem dessa natureza poderia oferecer *insights* valiosos sobre como a confiança nas instituições governamentais se adapta e se modifica em momentos de crise, reforma ou provoca mudanças significativas nas políticas ambientais. Além disso, é fundamental investigar com maior detalhamento os fatores contextuais que influenciam as percepções da sociedade sobre a eficácia das políticas de proteção ambiental, incluindo a análise de políticas ambientais específicas implementadas ao longo do tempo. A compreensão de como diferentes contextos políticos, econômicos e sociais afetam essa percepção poderá fornecer informações para aprimorar as políticas públicas voltadas à proteção do meio ambiente.

Além de estudos adicionais, há necessidade de estratégias práticas que fortaleçam a confiança pública e a eficácia de políticas ambientais. O desenvolvimento de estratégias de educação pública voltadas ao aumento do conhecimento e à sensibilização sobre questões ambientais pode desempenhar um papel fundamental na construção de uma compreensão mais informada e crítica das políticas ambientais. A educação ambiental não só fortalece a conscientização sobre os desafios ambientais enfrentados pelo país, mas também capacita os



cidadãos a tomar decisões mais embasadas, promovendo uma participação ativa e engajada na governança ambiental.

Outra estratégia essencial é o incentivo à participação pública, permitindo que os cidadãos se envolvam diretamente na formulação e implementação de políticas ambientais. Essa inclusão não apenas fortalece o processo democrático, mas também enriquece o diálogo sobre governança ambiental no Brasil. A incorporação de diversas vozes e perspectivas, especialmente das comunidades afetadas pelas políticas ambientais, tende a aumentar a eficácia das políticas públicas e a promover soluções mais equitativas e sustentáveis.

Finalmente, dada a intrincada relação entre a confiança nas instituições governamentais e a proteção dos direitos humanos fundamentais, abordar essas questões se torna uma prioridade para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e sustentável. A governança ambiental eficaz não pode ser dissociada da promoção dos direitos humanos, e é por meio da integração desses dois elementos que será possível avançar na construção de um futuro mais inclusivo e ambientalmente responsável para as próximas gerações.

Referências

Almeida-Santos P, Dan A, Magro C, Matias-Pereira J, Zonatto V 2018. Efeitos da Qualidade da Governança Pública no Sentimento de Confiança da População em Países da América Latina. *Administração Pública e Gestão Social* 10(4):226-327.

Banco Interamericano de Desenvolvimento 2020. Indicadores de governança ambiental na América Latina e no Caribe. Disponível em: <https://www.iadb.org>.

Barroso F, Gonçalves V, Araújo F, Mantovani W 2022. A Percepção Ambiental das Comunidades Rurais no Entorno do Parque Nacional de Sete Cidades, Piauí. *Biodiversidade Brasileira - BioBrasil*. 12(4):1-15.

Beck U 2011. *Sociedade de risco: Rumo a uma outra modernidade*. Editora 34, São Paulo, 384 pp.

Bertocin I 2015. A Reforma do Estado: Perspectivas para o Poder Judiciário. *Resenha Eleitoral* 19(1):223–248.

Brasil. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, 347 (Supremo Tribunal Federal 09 de 09 de 2015). Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4783560>.

Cabrera V 2021. Confiança no Judiciário e eficácia dos direitos fundamentais: um estudo longitudinal da percepção do cidadão brasileiro (2007-2015). *Revista Eletrônica Direito e Sociedade - REDES* 9(3):245-271.

Corporación Latinobarómetro 2023. Disponível em: <https://www.latinobarometro.org/latContents.jsp>.

Cunha BP da, Silva JIA, Gomes IRFD 2017. Políticas Públicas Ambientais: judicialização e ativismo judiciário. *Revista de la Facultad de Derecho* 42:153-179.

Franco M, Scartacini C 2014. The Politics of Policies: Revisiting the Quality of Public Policies and Government Capabilities in Latin America and the Caribbean. IDB Policy Brief. Disponível em: <https://doi.org/10.18235/0008443>

Dantas ES. 2016. Ações estruturais, direitos fundamentais e o estado de coisas inconstitucional. *Revista Digital Constituição e Garantia de Direitos* 9(2):155–176.



- D'Araújo MC 2001. Democracia e novas institucionalidades jurídicas na América Latina. *Revista de Administração Pública* 35(1):145-166.
- Fairbrither MH 2016. Trust and Public Support for Environmental Protection in Diverse National Contexts. *Sociological Science* 3:359-382.
- Gatto DB, Vinha VG, Lustosa MCJ 2019. Instituições e Governança Ambiental: Uma Discussão Preliminar da Área de Proteção Ambiental da Costa dos Corais. *Babia anál. dados* 29(2):260-283. <https://sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/aed/governan%C3%A7a_ambiental.pdf>
- Gavioli FR 2017. O impacto da lei florestal brasileira na instituição de Reservas Legais no território paulista: um estudo a partir dos dados públicos do Sistema de Cadastro Ambiental Rural. *Desenvolvimento e Meio Ambiente* 42:160-179.
- Hammer O, Harper AT, Ryan PD 2001. PAST: Paleontological Statistics Software Package for Education and Data Analysis. *Palaeontologia Electronica* 4(1):1-9.
- Kulin J, Sevã IJ 2020. Quality of government and the relationship between environmental concern and pro-environmental behavior: a cross-national study. *Environmental Politics* 30(5):727-752.
- Matias-Pereira J 2008. Administração pública comparada: uma avaliação das reformas administrativas do Brasil, EUA e União Européia. *Revista de Administração Pública* 42:61-82.
- Mittermeier RA 1988. Primate Diversity and the Tropical Forest Case Studies from Brazil and Madagascar and the Importance of the Megadiversity Countries. In EO Wilson, FM Peter (org.). *Biodiversity*. National Academies Press, Washington (DC), p. 145-156.
- Nascimento JML, Curi RC 2013. A interface da responsabilidade social na gestão de recursos naturais. In WS Lira, GA Cândido. *Gestão, sustentável dos recursos naturais: uma abordagem participativa*. Eduepb, Campina Grande, p.173-192.
- Ostrom E 2010. Polycentric systems for coping with collective action and global environmental change. *Global Environmental Change* 20(4), 550-557.
- Oliveira HA, Palmerston SCE, Tejerina-Garro FL 2022. O Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Turísticos Utilizadores de Águas Termais em Caldas Novas (GO): Mecanismo ou entrave para a sustentabilidade? *Veredas do Direito* 19(44):357-392.
- Queiroz AMC, Santos ATN, Alves FS, Silva JAC 2021. O estado de coisas inconstitucional e a proteção dos direitos fundamentais no ordenamento jurídico brasileiro. *Cadernos de Graduação - Ciências Humanas e Sociais* 6(3):50-60.
- Ribeiro LH, Borges BS, Boarin P, Resende CA da S 2021. A Influência dos Grupos de Interesse na Política: apontamentos a partir da literatura. *Revista Agenda Política* 9(1):158-185.
- Santos ER, Hoffmann F 2019. Qualidade da Democracia no Brasil e Confiança nas Instituições Políticas. *Campos Neutrais - Revista Latino-Americana de Relações Internacionais* 1(1):46-69.



Sarlet IW, Fensterseifer T 2017. *Direito Constitucional Ambiental*. Revista dos Tribunais, São Paulo, 384 pp.

Silva EA, Pereira JR, Alcântara VD 2012. Interfaces epistemológicas sobre administração pública, institucionalismo e capital social. *Cadernos Ebape* 10:20-39.

Silva JA 2019. *Direito Ambiental Constitucional*. Malheiros, São Paulo, 376 pp.